

GRUPOS DE ESTUDO
sobre questões relevantes do *Relatório de Síntese* da Primeira Sessão
da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos

PARA UMA IGREJA SINODAL:
COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO, MISSÃO

GRUPO DE ESTUDO Nº 9
CRITÉRIOS TEOLÓGICOS E METODOLÓGICOS SINODIAIS PARA
O DISCERNIMENTO COMPARTILHADO SOBRE QUESTÕES
DOCTRINAIS, PASTORAIS E ÉTICAS EMERGENTES

SÍNTESE

[Texto original: italiano.]

O Grupo de Estudo 9, desde o início de seu percurso de reflexão e aprendizagem sinodal, reconheceu o valor inspirador de uma ícone bíblica de referência: os eventos narrados nos capítulos 10-15 dos *Atos dos Apóstolos*. Essas páginas mostram como é possível valorizar as diversidades antropológico-culturais, sem inibir ou trair a novidade do Evangelho, mas, ao contrário, fazendo-a florescer na escuta do Espírito Santo, na partilha dos dons recebidos e cultivados.

O Grupo optou, além disso, por adotar uma metodologia sinodal de trabalho, inclusive por meio do intercâmbio com pessoas envolvidas em diferentes formas e contextos eclesiais e com competências diferenciadas. Esse processo de escuta e diálogo assumiu a forma de dois seminários, nos quais os participantes compartilharam suas considerações sobre a primeira versão preliminar do relatório recebida anteriormente. Suas observações e o intercâmbio que delas resultou foram levados em conta na redação subsequente do texto.

À medida que o trabalho avançava, o Grupo amadureceu a convicção de reformular terminologicamente as questões “controversas” em questões “emergentes”. Enquanto a fórmula “questões controversas” remete para o plano teórico e para a necessidade da “solução de um problema”; a expressão “questões emergentes” remete, ao contrário, para as qualidades, as disposições e o diálogo aberto à “conversão relacional”, que todo o Povo de Deus é chamado a assumir no caminho da Igreja sinodal. O documento elaborado pelo Grupo é composto por três partes.

I. Uma mudança de paradigma na missão da Igreja e as dinâmicas do processo sinodal que a promovem

O discernimento das “questões emergentes” é uma oportunidade preciosa para vivenciar uma autêntica “mudança de paradigma” (cf. *Veritatis gaudium*, 3) em relação àquela que prevaleceu na vida eclesial ao longo dos últimos séculos, mas já iniciada no Concílio Vaticano II. Falar hoje de uma “mudança de paradigma” significa redescobrir a concepção bíblica da verdade de Deus que se revela na história, promovendo processos de aprendizagem compartilhada na comunidade cristã.

Para desenvolver e implementar a mudança de paradigma, é necessária uma hermenêutica do humano que valorize o caráter histórico, experiencial, prático e contextual do humano em si, que se realiza em Cristo. De fato, cada pessoa é uma singularidade, cuja totalidade e unicidade se constituem em relação ao outro/a, à sociedade e à cultura, segundo um perfil ao mesmo tempo temporal e narrativo. Além disso, a pessoa não está em relação apenas com seu próprio corpo e com o rosto dos outros (o *tu*), mas também se situa no interior de relações instituídas, sociais e culturais: é chamada a se expressar em um *nós*.

Ao mesmo tempo, a verdade universal do ser humano não é determinável historicamente de uma vez por todas, mas se dá nas formas concretas das diferentes culturas, ou seja, em um diálogo incessante no qual culturas, comunidades e pessoas progridem na troca de dons, impulsionadas pela busca da verdade e da justiça, à luz do Evangelho.

A mudança de paradigma deve estar, antes de tudo, a serviço do encontro relacional e dinâmico com o *kerigma* da salvação. A relevância antropológica do *kerigma* se manifesta, de fato, como um encontro de graça, para cada um de seus interlocutores, com a *ágape* «cada vez maior» de Deus em Cristo por meio do Espírito Santo (cf. 1Jo 3,20). No *Documento Final* (DF), a mudança de paradigma é promovida por meio da adoção concreta de algumas dinâmicas propostas às comunidades cristãs para caminhar no exercício da prática sinodal: a *conversão relacional*, o *aprendizado comum* e, finalmente, a *transparência*.

A conversão relacional diz respeito principalmente aos processos nos quais todos os batizados e batizadas são capazes de aprender por meio das práticas (eclesiais, litúrgicas, sociais). De fato, por meio das práticas, os sujeitos não se limitam a resolver os problemas, grandes ou pequenos, de sua vida cotidiana, mas contribuem para desenhar juntos o cenário linguístico, simbólico e cultural no qual os problemas podem emergir, ser nomeados e elaborados em conjunto.

As dinâmicas de aprendizagem, por sua vez, são marcadas pelo Evangelho quando colocam o Povo de Deus na condição de ler e interpretar as palavras e os sinais operados por Jesus, de penetrar cada vez mais intensamente em seus conteúdos para a vida atual e de se abrir à voz do Espírito.

A cultura eclesial da transparência, por fim, não se resume apenas a uma exigência sentida na sociedade contemporânea, mas deve ser entendida na ótica do imperativo evangélico e ético de “dizer e fazer a verdade”: é um aspecto qualificativo da fidelidade da Igreja ao *kerigma*, bem como à relação e à confiança no outro no seio da comunidade.

II. O princípio da pastoralidade e suas práticas em uma Igreja sinodal

O Grupo de Estudo, seguindo os passos traçados pelo magistério do Concílio Vaticano II, identificou no “princípio da pastoralidade” o horizonte interpretativo e instituidor da mudança de paradigma em curso. Por “princípio da pastoralidade” entende-se a implementação, por parte da Igreja, da lógica segundo a qual não há anúncio do Evangelho sem levar em conta o interlocutor no qual o anúncio já está operando no Espírito (cf. GS 22), uma vez que ele/ela pode reconhecê-lo e aderir a ele em liberdade.

O sujeito que põe em prática o princípio da pastoralidade é o Povo de Deus em seu conjunto, na multiplicidade dos ministérios, dos carismas e dos papéis, mas também das diversas formas de participação que permitem ativar as dinâmicas de conversão relacional, aprendizagem comum e transparência propostas pelo DF.

Uma vez que não se trata, em primeiro lugar, de uma *resolução de problemas*, mas da *construção do bem comum*, o ponto de partida não consiste na correção (em nível doutrinário, pastoral, ético) de eventuais situações consideradas problemáticas na experiência concreta do fiel, mas no reconhecimento e no discernimento das instâncias de bem que as práticas de fé expressam, muitas vezes por meio de um saber difundido e informal. Nessa linha, o papel específico da autoridade é, antes de tudo, o de ouvir, ativar processos de discernimento e acompanhá-los para chegar à expressão de um consenso, mesmo que diferenciado, quando isso contribui para a construção do bem comum (cf. At 15).

Em coerência com o princípio da pastoralidade, a prática da conversa no Espírito, experimentada ao longo do caminho sinodal, assume – em formas adequadamente adaptadas às circunstâncias concretas e aos temas a serem abordados – um valor imprescindível para desenvolver cada vez mais convictamente uma “cultura eclesial da sinodalidade”. Por essa razão, propõem-se algumas modalidades de procedimento úteis para o discernimento das questões emergentes e para a participação ativa dos sujeitos concretos, tanto pessoais quanto comunitários, diretamente envolvidos: *escutar a nós mesmos, escutar a realidade, reunir os conhecimentos*.

III. Para um exercício sinodal do discernimento nas Igrejas locais: duas questões emergentes hoje

Na terceira parte do documento, são propostos dois exercícios de discernimento sinodal em torno de duas questões emergentes: *a experiência das pessoas homossexuais credentes* (cf. Anexo A, 1 e 2) e *a experiência da não-violência ativa por parte de pessoas e associações em situações de guerra* (cf. Anexo B).

Nessa perspectiva, são apresentados dois testemunhos, por meio da narração de histórias de pessoas concretas, graças às quais se procurou realizar um exercício de releitura e discernimento: foram identificados os “estados nascentes” que nelas podem ser reconhecidos, para oferecer algumas reflexões e, sobretudo, algumas perguntas como contribuição para a implementação das práticas de discernimento sinodal nos diversos contextos eclesiais.

Na proposta de discernimento sinodal em torno das questões acima mencionadas, assume particular relevância a disposição para ouvir os testemunhos contados pelas pessoas envolvidas.

Da mesma forma, não se quis concluir o processo de escuta e reflexão com uma declaração final, mas com algumas pistas para um discernimento ético-teológico e algumas perguntas para a continuação do caminho sinodal. A intenção é fornecer uma ajuda para que cada comunidade e a Igreja como um todo assumam pessoalmente o compromisso de reconhecer e promover o bem com o qual Deus age na história e na experiência das pessoas.